



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL

OE 2017 – MANTER A CREDIBILIDADE. RESPEITAR OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS. APROFUNDAR A DIMENSÃO SOCIAL.

A proposta de Orçamento do Estado para 2017, entregue pelo Governo na Assembleia da República, tal como sucedeu no ano passado prossegue uma política que, sem esquecer as necessidades de consolidação orçamental, não descarta a promoção do crescimento, a criação de emprego de qualidade, o combate ao desemprego e a implementação de políticas sociais que enfrentem os problemas sérios com que o País ainda se debate.

Esta é uma opção que vem sendo implementada por este Governo desde o início da legislatura, não tendo a UGT deixado de saudar a adoção de medidas como a reversão progressiva dos cortes salariais na Administração Pública, ou o aumento do salário mínimo, mediante o acordo assinado pela UGT, que sempre defendemos como essenciais para repor alguma justiça social e contribuir para a dinamização do mercado interno e para o crescimento económico.

Esta é uma estratégia que o Governo retoma na presente proposta de OE e que a UGT considera positiva, na medida em que vem ao encontro do que defendemos nos últimos anos, embora fique aquém das expectativas entretanto criadas pelo actual quadro político nacional.

No entanto, e atendendo ao estabelecido na nossa Política Reivindicativa para 2016-2017 aprovada em Secretariado Nacional, devemos sublinhar que, em nosso entendimento, seria e será possível e desejável ir mais longe, encetando, já em 2017, um verdadeiro caminho de melhoria geral dos rendimentos dos portugueses.

Temos bem presente que se mantêm muitos dos constrangimentos do passado, tal como um contexto europeu em que uma consolidação profunda das contas públicas é imposta como a única prioridade orçamental, o que não deixa de se traduzir na ausência, ou adiamento, de muitas medidas necessárias do quadro deste orçamento.

Este não é o orçamento que a UGT gostaria de ver implementado para o próximo ano, mas, num balanço global, deve ser considerado um orçamento pragmático e de compromisso entre as exigências de credibilidade interna e internacional, de assunção de uma política de devolução de rendimentos e, em última instância, de uma maior dinamização económica e de criação de emprego.

A eliminação da sobretaxa de IRS ao longo do ano de 2017, atualização de todas as pensões até 2 IAS e, de forma extraordinária, das pensões mais baixas congeladas nos últimos anos, a eliminação da contribuição extraordinária de solidariedade, a atualização do IAS (congelado desde 2009), o aumento do abono de família, o ajustamento dos escalões de IRS à taxa de inflação, entre outras medidas, são sinais indubitáveis de uma trajetória que introduz maior sensibilidade social, já iniciada com o Orçamento do Estado para 2016.

Esta perspetiva é igualmente sentida em áreas centrais do nosso Estado Social, como a Educação e a Justiça, em que as dotações orçamentais são reforçadas, como ainda se prevêem medidas há muito consideradas urgentes, como a generalização do pré-escolar, a recomposição do mapa judiciário, visando uma maior proximidade aos cidadãos, ou o reforço de uma política de valorização do interior do território.

No entanto, devemos afirmar claramente que, noutros domínios, teria sido necessário e desejável ir mais longe, dando corpo a compromissos anteriormente assumidos e a expectativas criadas junto dos trabalhadores e cidadãos.

E, nesse contexto, a proposta de Orçamento **fica manifestamente aquém do que seria justo para os trabalhadores da Administração Pública e do Sector Público Empresarial**, relativamente aos quais pouco ou nada se altera, mantendo-se os níveis e as medidas de austeridade do passado e interrompendo-se assim a trajetória de melhoria de rendimentos e condições de trabalho iniciada em 2016, em que a reposição dos níveis salariais de 2009 e as 35 horas de trabalho se constituíram apenas como as medidas mais emblemáticas.

Nesse sentido, e tendo estes trabalhadores suportado uma parte substancial da austeridade de anos anteriores, seria expectável que, em 2017, se rompesse com a lógica de contenção da despesa à sua custa, quebrando o ciclo de proibições das valorizações remuneratórias e progressões nas carreiras, de cortes em algumas componentes retributivas (como o trabalho suplementar) ou até de imposição de regras de recebimento de algumas dessas componentes (como os duodécimos de subsídio de Natal), promovendo antes uma maior dinamização da negociação coletiva no sector, fundamental para assegurar a valorização dos trabalhadores e dos serviços.

Seria igualmente importante que se tivesse ido mais longe em matéria fiscal.

Saudamos o desagramento dos impostos diretos sobre os rendimentos do trabalho (salários e pensões), mas não podemos deixar de expressar a nossa preocupação face ao impacto final que o agravamento de alguns impostos indiretos poderá ter, mesmo que assumamos que será porventura mais justo, no

rendimento disponível das famílias, em função das suas opções de consumo, muito especialmente da classe média.

A UGT sempre esperou que algumas medidas, como a eliminação da sobretaxa, ou o alargamento do número de escalões de IRS, condições essenciais para assegurar uma maior progressividade e justiça neste imposto, não fossem opções adiadas para final de 2017, ou para anos posteriores, o que não podemos deixar de considerar aquém das expectativas dos cidadãos, e pelas quais a UGT muito se bateu.

Em matéria de proteção social, não obstante uma aposta na valorização de mínimos sociais e até na própria sustentabilidade financeira do sistema, com a canalização de novos financiamentos para o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS), não podemos deixar de expressar preocupações quanto à não atualização extraordinária de pensões de valor muito baixo, que embora tenham sido atualizadas nos últimos anos, continuam em valores insuficientes para servir o fim a que se destinam, ou para um aumento mais significativo do IAS, que não recupera de facto as perdas originadas pelo longo período de congelamento.

Em suma, este é um orçamento credível, até nas suas previsões macroeconómicas, mas que, ainda assim e como qualquer exercício orçamental, não deixa de comportar uma margem de risco.

Um risco que será tanto maior se não se avançarem com medidas concretas que promovam o crescimento e a criação de emprego, dependentes das condições criadas para gerar adequados níveis de investimento, e da criação de um quadro que promova que tal crescimento se verifique de uma forma sustentada e socialmente justa, mas geradora de confiança em quem investe no País.

Mas a UGT acredita que esse potencial de risco será menor, desde que seja atingido um amplo consenso, nomeadamente em sede de concertação social, sobre a estratégia que queremos – e não apenas no imediato - para o futuro do País.

Em suma, este é um orçamento que a UGT saúda por continuar, ainda que de forma menos gradual que o desejado, uma trajetória diferente daquela que foi uma opção política da austeridade pela austeridade.

É, quanto a nós, uma proposta de orçamento passível de aperfeiçoamentos vários e que, continuamos a crer, poderá aprofundar, ou antecipar, muitas das opções já assumidas pelo Governo.

Como já referido na reunião de CPCS de dia 18 de outubro, na qual tivemos a oportunidade – numa boa prática assumida por este Governo – de discutir a proposta de OE 2017, a UGT espera que, no quadro da discussão e dos trabalhos em sede parlamentar, seja ainda possível a introdução de alterações que se nos

afiguram essenciais, acomodando as propostas e reivindicações constantes da nossa Política Reivindicativa 2016-2017.

Não obstante termos apresentado oportunamente as nossas posições ao Governo e à Assembleia da República, a UGT não deixará de se bater pelas suas propostas, no quadro da discussão na especialidade da proposta de Orçamento do Estado, pelo que solicitará novas reuniões aos Grupos Parlamentares, num espírito reivindicativo, mas aberto ao diálogo.

CONCERTAÇÃO SOCIAL. UMA EXIGÊNCIA PARA UMA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E EMPREGO.

O êxito da atual estratégia governativa está particularmente dependente da capacidade do País de adotar um rumo de governação que, de forma sustentada e estável, impulse o crescimento a um ritmo superior ao dos últimos anos, garantindo mais e melhor emprego.

Essa estratégia ultrapassa, como é evidente, o mero exercício orçamental, quer em termos temporais, quer em termos de distintas áreas de intervenção, mas não deixa de ser um elemento importante para garantir a boa execução deste, ou de qualquer orçamento.

A UGT entende que o espaço natural de discussão e definição de um compromisso para o crescimento e o emprego ultrapassa largamente o campo meramente político-partidário e em sede parlamentar, antes devendo centrar-se na esfera de intervenção da concertação social, pela sua capacidade de atingir compromissos e consensos em matérias centrais para Portugal, para os trabalhadores e para as empresas.

Matérias mais urgentes, como o salário mínimo (estabelecendo um quadro plurianual para a sua atualização), o combate à precariedade (matéria sobre a qual o Orçamento contempla apenas uma norma programática relativa à Administração Pública, mas que importa discutir de forma aprofundada e transversal que permita garantir a dignificação do trabalho) ou a dinamização da negociação coletiva (enquanto instrumento de concorrência leal, de melhoria geral dos salários e essencial a uma estimulação do consumo interno) não poderão estar fora da concertação social.

Mas será igualmente importante que a agenda integre opções estruturais e estruturantes em domínios como a aposta na capacitação das empresas e no seu acesso a financiamento adequado, muito dependente da urgente estabilização do sistema financeiro, ou a adequação da política fiscal, em que o alargamento do número de escalões de IRS será essencial para assegurar um desagravamento da carga fiscal sobre o trabalho e uma real progressividade e justiça do sistema.

A capacidade revelada em momentos passados, muitos deles críticos para o País, e os bons resultados das reformas e acordos atingidos nessa sede, colocam hoje – porventura até mais do que anteriormente - uma especial responsabilidade sobre os parceiros sociais, atentas as expectativas que, no plano nacional e internacional, neles estão depositadas.

Será necessário que todos os parceiros envolvidos nas negociações – Governo, Sindicatos e Empregadores – estejam plenamente conscientes de que a sua abertura ao diálogo e ao compromisso serão essenciais para, num momento em que se assume uma opção clara de mudar as políticas de anos recentes, dar resposta aos desafios concretos que Portugal atravessa e atravessará e mesmo às pressões externas com que ainda nos confrontamos.

Nesse sentido, a UGT expressa, uma vez mais, a sua abertura e a sua disponibilidade para que tal discussão se possa verificar no quadro da atual agenda de concertação social, concretizando-se num acordo tripartido de médio prazo que, ultrapassando o horizonte temporal deste Orçamento e eventualmente até da legislatura, possa dar um contributo para a definição e implementação da estratégia de desenvolvimento e progresso social que todos desejamos para o nosso País, a qual será tão mais bem sucedida se alicerçada no verdadeiro clima de confiança e paz social de que o diálogo social é garante.

E este desiderato da UGT não é apenas em nome dos trabalhadores.

É-o essencialmente em nome e para o bem-comum do País e para que a imagem de Portugal no exterior e perante os seus parceiros europeus reforce o clima de confiança, a atração de investimento direto estrangeiro, como fatores impulsionadores da criação de riqueza e de postos de trabalho e de promoção do desejável e necessário crescimento económico, motor de desenvolvimento de Portugal.

Aprovada por Unanimidade e Aclamação

Secretariado Nacional da UGT

27 de Outubro de 2016